



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUCAS HENRIQUE TOSCANO DE BRITO MORAIS

**A APLICAÇÃO DA ITG 2002 (R1) PELAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB**

**JOÃO PESSOA
2018**

LUCAS HENRIQUE TOSCANO DE BRITO MORAIS

**A APLICAÇÃO DA ITG 2002 (R1) PELAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador Professor: Dr. Mateus Alexandre Costa dos Santos.

**JOÃO PESSOA
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M827a Morais, Lucas Henrique Toscano de Brito.
A APLICAÇÃO DA ITG 2002 (R1) PELAS ENTIDADES DO
TERCEIRO SETOR DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB / Lucas
Henrique Toscano de Brito Morais. - João Pessoa, 2018.
34 f. : il.

Orientação: MATEUS ALEXANDRE COSTA DOS SANTOS SANTOS.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Terceiro setor. Contabilidade. ITG 2002 (R1). I.
SANTOS, MATEUS ALEXANDRE COSTA DOS SANTOS. II. Título.

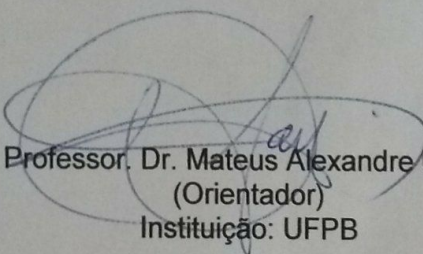
UFPB/BC

LUCAS HENRIQUE TOSCANO DE BRITO MORAIS

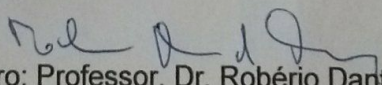
**A APLICAÇÃO DA ITG 2002 (R1) PELAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB.**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Professor. Dr. Mateus Alexandre Costa dos Santos
(Orientador)
Instituição: UFPB



Membro: Professor. Dr. Robério Dantas de França
Instituição: UFPB

Membro: Professora. Me. Edmery Tavares Barbosa
Instituição: UFPB

João Pessoa, 04 de Junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por sua bondade e misericórdia infinita, me proporcionando viver e aprender com todos os momentos da graduação. Nunca me deixando sozinho.

A minha família por sempre me mostrar o caminho do estudo, em especial, aos meus pais que sempre me motivam e encorajam e meus avós que sempre me encheram de carinho e amor.

Agradeço ao meu orientador Mateus Alexandre Costa dos Santos, que sempre esteve disposto a me orientar e aceitou minha proposta de pesquisa, sem ele nada disso teria acontecido. Aproveito para agradecer também a todos os outros professores que tive durante a graduação, que além do ensino contábil me propuseram grandes ensinamentos de vida.

Agradeço a minha amiga e companheira que me deu forças para superar as maiores dificuldades durante o curso, nunca me deixando sozinho, sendo minha fonte de perseverança.

Agradeço a Deus pelas amizades que construí, nesses longos quatro anos, que irei levar para o resto da vida.

“Comece fazendo o que é necessário,
depois o que é possível, e de repente você
estará fazendo o impossível.”

São Francisco de Assis

RESUMO

As entidades sem finalidade de lucro compõem o terceiro setor da atividade econômica, evoluindo nas lacunas existentes entre o Estado (primeiro setor) e as relações privadas (segundo setor), tendo a sociedade como um de seus principais financiadores. Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo verificar o nível de aderência das demonstrações contábeis das entidades do terceiro setor de João Pessoa à ITG 2002 (R1). O estudo tem uma abordagem qualitativa e teve a norma contábil ITG 2002 (R1) como base e a coleta dos dados foi através de sites ou pessoalmente. O estudo evidenciou algumas distorções em relação ao que é exigido pela norma. Em síntese, das seis entidades estudadas apenas uma elabora todas as demonstrações exigidas pela norma, as demais além de não elaborar o conjunto das demonstrações, pecam em alguns itens elencados no tópico quatro da presente pesquisa. Ciente do exposto, conclui-se que o nível de aderência das entidades a norma é baixo.

Palavras-chave: Terceiro setor. Contabilidade. ITG 2002 (R1).

ABSTRACT

Non-profit entities make up the third sector of the activity economic, evolving in the gaps between the State (first sector) and private relations (second sector), with society as one of its the main donors. In that way, the present research has the objective of verifying the level of adherence of the financial statements of the entities of the third department of João Pessoa to ITG 2002 (R1). The study takes a qualitative and had the accounting standard ITG 2002 (R1) as fundamental and the collection of data was through websites or in person. The study showed some distortions related to what is required by the standard. In summary, of the six entities studied, only one elaborates all the demonstrations required by the norm, to the others besides not elaborate the set of statements, sin on some items listed in the topic four of this research. Aware of the foregoing, it is conclude that the level of adherence of the entities to the norm is low.

Key-word: Third sector. Accounting. ITG 2002 (R1)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Conjunção dos setores

14

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Destinatários da prestação de contas das entidades	20
Tabela 2 – Autores mais prolíficos	22
Tabela 3 – Demonstrações – Item 22 da ITG 2002 R1	26
Tabela 4 – Demonstrações – Item 23 (parte inicial)	26
Tabela 5 – Demonstrações – Item 23 (parte final) – Balanço Patrimonial	27
Tabela 6 – Demonstrações – Item 23 (parte final) – Demonstração do resultado do período	27

LISTA DE ABREVIATURAS

ABONG	- Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
Art	- Artigo
CEMPRE	- Cadastro Central de Empresas
CFC	- Conselho Federal de Contabilidade
ESFL	- Entidades sem fins lucrativos
GIFE	- Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITG	- Instrução Técnica Geral
NBC	- Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC TG	- Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
R1	- Revisão um
UP	- Utilidade Pública
UPF	- Utilidade Pública Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Tema e Problema de Pesquisa	12
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Justificativa	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 O Terceiro Setor	14
2.2 Algumas Certificações das Entidades do Terceiro Setor	16
2.3 A ITG 2002 (R1)	17
2.4 Estudos Anteriores Relacionados ao Terceiro Setor	18
3 METODOLOGIA	24
3.1 Tipologia de Pesquisa	25
3.2 Procedimentos Metodológicos	24
3.3 População e Amostra	24
4 RESULTADOS DA PESQUISA	26
4.1 Demonstrações	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

As entidades sem finalidade de lucro (ESFL) compõem o terceiro setor da atividade econômica. De acordo com Slomski et al (2012, p. 1) são componentes do terceiro setor: as associações, as fundações privadas, os partidos políticos e as organizações religiosas.

O terceiro setor evolui nas lacunas existentes entre o Estado (primeiro setor) e as relações privadas (segundo setor). Atender a toda demanda da sociedade torna-se tarefa absurda para o Estado, perante a complexidade social. De acordo com Santos e Silva (2008) as ESFL começaram a surgir a partir da impossibilidade do Estado em solucionar problemas, tanto de cunho econômico como nas áreas sociais, como a desigualdade social, a pobreza, a violência, dentre outros conflitos.

Conforme relata Ribeiro et al (2015), o crescimento do terceiro setor no Brasil é notório, e com ele surgem alguns desafios. As entidades do terceiro setor recebem benefícios por prestarem serviços de utilidade pública, conforme está descrito no manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social. Os principais benefícios são a imunidade e a isenção de impostos, contribuições e a possibilidade do recebimento de recursos públicos, por meio de convênios, contratos, subvenções e termos de parceria.

A última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre fundações privadas e associações sem fins lucrativos foi realizada no ano de 2010. Segundo essa pesquisa, na Paraíba havia 10.704 ESFL, sendo 2.740 apenas em João Pessoa, o que perfaz 25,60% desse total.

O ambiente das ESFL também sofre mudanças como acontece nas empresas do setor privado, seja pela globalização, inovação, tecnologia. Estas mudanças, conforme relata Fry (1995), revelam a existência de um sentimento crescente por *accountability* nas organizações do terceiro setor. Nesta mesma linha segue o pensamento de Pereira (2017), ao relatar que a *accountability* pode ser considerada uma prática importante para que as entidades consigam se manter e realizar suas atividades sociais. Nota-se a *accountability* se mantém importante ao longo do tempo para essas entidades.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) reconhecendo a importância dessas entidades definiu normas técnicas específicas para a apresentação das

demonstrações financeiras do terceiro setor econômico. No presente trabalho a norma referência será a Instrução Técnica Geral (ITG) 2002 (R1).

1.1 Tema e problema de pesquisa

Conforme relatam Ribeiro et al (2015, p. 16), o terceiro setor tem como financiadores dos seus projetos a própria sociedade, devendo assim mostrar transparência em suas ações a fim de alcançar maior credibilidade. “Os financiadores querem saber se os recursos colocados à disposição dos gestores foram realmente aplicados nos projetos institucionais atendendo aos que deles necessitam, ou seja, se a entidade foi eficaz”. (PEREIRA, 2017, p. 21)

Algumas entidades recebem a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e de Utilidade Pública (UP), seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal, ou seja, verbas públicas financiam seu sustento. Logo a prestação de contas (*accountability*) torna-se de interesse social. Conforme relatam Carneiro, Oliveira e Torres (2011), a contabilidade como ciência contribui para transparência da entidade, sendo considerada uma estratégia competitiva, pois é através da transparência que as organizações demonstram verdadeiramente quem são.

A ITG 2002 (R1) estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros, posto isto, o questionamento a ser respondido é: qual o nível de aderência a ITG 2002 (R1) pelas ESFL no município de João Pessoa – PB?

1.2 Objetivos

Marconi e Lakatos (2017, p. 171) relatam que “toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que vai procurar e o que se pretende alcançar.” Os objetivos partem do problema de pesquisa, através deles busca-se responder os questionamentos levantados.

1.2.1 Objetivo geral

Verificar o nível de aderência das demonstrações contábeis das entidades do terceiro setor de João Pessoa à ITG 2002 (R1).

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os requisitos de evidenciação exigidos pela ITG 2002 (R1);
- b) Analisar os aspectos das demonstrações elaboradas pelas ESFL de João Pessoa em relação a ITG 2002 (R1).

1.3 Justificativa

A pesquisa busca evidenciar se a norma contábil do terceiro setor, que sofreu a primeira revisão a ITG 2002 (R1) está sendo aplicada na prática na cidade de João Pessoa – PB. As ESFL possuem a sociedade como financiadora de suas atividades, a contabilidade exerce papel fundamental na prestação de contas dessas entidades, contribuindo para o controle dos interessados.

Pesquisas publicadas na área mostram a existência de um arcabouço teórico. Conforme relatam Rodrigues et al (2016, p. 6) a presença do tema terceiro setor em congressos brasileiros de contabilidade é crescente. Foram apresentados 55 trabalhos científicos nos principais congressos brasileiros, no período de 2004 a 2014. Existindo de tal forma, um alicerce para novas pesquisas.

A escolha do município de João Pessoa se fez por ser a cidade paraibana com maior representatividade em números de entidades sem fins lucrativos, é o que nos relata a última pesquisa do IBGE em 2010, na qual o número de entidades na Paraíba era de 10.704, das quais 2.740 localizavam-se na cidade de João Pessoa.

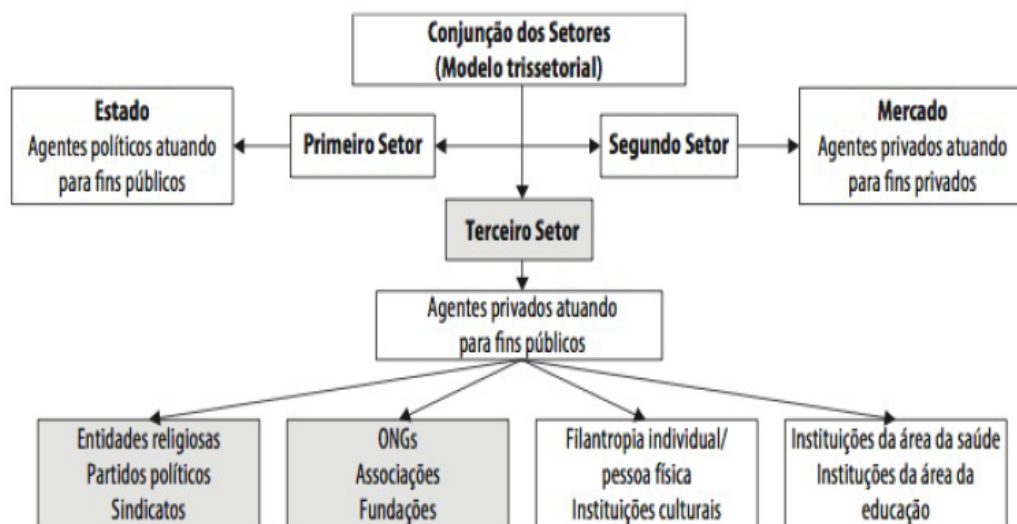
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica da pesquisa está dividida em quatro subtópicos, são eles: 2.1 O terceiro setor; 2.2 Algumas certificações de entidades do terceiro setor; 2.3 A ITG 2002 (R1); e 2.4 Estudos anteriores sobre o terceiro setor. A fundamentação serve de arcabouço teórico para o desenvolvimento da pesquisa e o alcance dos resultados.

2.1 O Terceiro Setor

O terceiro setor é criado a partir da ideia de trabalho voluntário em prol do bem comum, expandindo seu conceito, como relata Andrade et al. (2015, p. 36), de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. O terceiro setor pode ser compreendido como uma união do primeiro setor, o Estado, com o segundo setor, a iniciativa privada, pois, conforme relata Slomski et al. (2012, p. 4) as entidades que compõem este setor possuem características tanto do Estado como do mercado.

Figura 1 – Conjunção dos setores



Fonte: SLOMSKI et al. Contabilidade do Terceiro Setor. (2012, p. 4)

Nota-se que é grande o volume de entidades configuradas como do terceiro setor, exercendo atividades que devam almejar o desenvolvimento social. De acordo com o art. 44 do Código Civil brasileiro, as entidades do terceiro setor podem

constituir-se juridicamente sob as seguintes formas: a) associações; b) fundações; c) partidos políticos; d) organizações religiosas.

O Código Civil brasileiro elenca algumas informações referentes às associações, no caput do seu art. 53 está descrito que constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não lucrativos. O art. 62 trata das fundações descrevendo que para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser a maneira de administrá-la. Ainda seguindo o Código civil, segundo o parágrafo único do art. 62, a fundação somente poderá constituir-se para fins de: I) assistência social; II) cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III) educação; IV) saúde; V) segurança alimentar e nutricional; VI) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII) pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; VIII) promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; IX) atividades religiosas.

Conforme relata Olak et al (2008) em sua pesquisa sobre as publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do terceiro setor, a existência legal das entidades do terceiro setor começa com o registro do seu ato constitutivo (estatuto) em um cartório de registro civil das pessoas jurídicas, adquirindo uma das formas jurídicas já descritas: associação, fundação, organização religiosa ou partido político. Ainda seguindo o pensamento de Olak et al (2008), as organizações após adquirirem forma jurídica podem requerer diversos títulos, certificados e qualificações. Os títulos, certificações e qualificações no âmbito federal são:

- a) Título de Utilidade Pública Federal (UPF);
- b) Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
- c) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS);
- d) Qualificação como Organização Social (OS); e
- e) Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

A última pesquisa geográfica sobre entidades do terceiro setor a nível nacional foi divulgada em 2010, levantando estatísticas diversas, sendo realizado um estudo sobre as organizações da sociedade civil organizada no Brasil, com base nos dados do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE, do IBGE. A pesquisa foi realizada pelo IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE.

2.2 Algumas certificações das entidades do terceiro setor

Para que uma entidade receba a certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deve preencher alguns requisitos, tais requisitos estão elencados no Guia Prático Para Entidades Sociais (2009) elaborado pelo Ministério da Justiça, documentos necessários: (I) estatuto registrado em cartório; (II) ata de eleição da diretoria; (III) balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício; (IV) declaração de isenção do imposto de renda; (V) inscrição no cadastro geral de contribuintes; (VI) declaração dos membros da diretoria que não exerçam cargo, função ou emprego público.

Estas exigências documentais são necessárias devido aos benefícios que as entidades que recebem a certificação de OSCIP gozam. O Guia Prático Para Entidades Sociais (2009) também elenca alguns dos benefícios, são eles: Imunidade ao imposto de renda garantido no art. 150 da Constituição Federal, possibilidade de receber doações de empresas, possibilidade de receber bens móveis considerados irrecuperáveis, possibilidade de remunerar dirigentes, possibilidade de firmar termo de parceria com o poder público, possibilidade de receber bens apreendidos, abandonados ou disponíveis administrados pela Secretária da Receita Federal.

O título de UPF foi extinto pela Lei nº 13.204/2015 e não mais é exigido pelo Ministério da Justiça para atestar a condição de Organização da Sociedade Civil a uma entidade do terceiro setor. Segundo Pereira (2017, p. 35), a lei trouxe benefícios para as ESFL, pois, tal medida visa estender os benefícios fiscais a todas as organizações do terceiro setor, independente destas terem ou não procedimentos formais.

Este título concedia certa credibilidade à entidade. Vale informar que, segundo o Guia Prático Para Entidades Sociais (2009) o título de Utilidade Pública Federal (UPF) concedia:

Às entidades (associação ou fundação) de origem privada, com atuação nas áreas de assistência social, saúde e educação gratuita ou particular, desde que conceda parcela de serviços gratuitos; tem que existir a no mínimo três anos; não pode remunerar seus dirigentes, não precisa ter conselho fiscal e pode celebrar convênios e receber subsídios e auxílios com recursos públicos;

As entidades de direito privado que não visem o lucro podem receber a qualificação de OS, desde que exerçam atividades de ensino, pesquisa, meio ambiente, saúde, cultura e desenvolvimento tecnológico. Tal qualificação é disciplinada pela Lei nº 9.637/1998.

2.3 A ITG 2002 (R1)

Segundo Montoto (2015, p. 44) o objetivo final da contabilidade é o de fornecer informações aos seus usuários para a tomada de decisões nos processos de controle e planejamento da entidade. Com as ESFL a contabilidade não deixa de ter essa finalidade, a ITG 2002 (R1), norma de 2012 do CFC, tem como objetivo estabelecer:

Critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

A referida norma, no tópico que consta sobre seu alcance, mais precisamente no quarto parágrafo, enumera as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) que se aplicam as ESFL, são elas: princípios de contabilidade e esta interpretação, a NBC TG 1000 – contabilidade para pequenas e médias empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta interpretação. Logo se percebe que a norma aplicável às ESFL não se restringe a

ITG 2002 R1, contudo, para esta pesquisa a norma que será confrontada com as divulgações das ESFL será a ITG 2002 R1.

De acordo com a ITG 2002 (R1) as demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela ESFL, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável. Para presente pesquisa, o tópico intitulado de demonstrações da ITG 2002 (R1), será o parâmetro para comparação com as demonstrações das entidades.

2.4 Estudos anteriores relacionados ao Terceiro Setor

França (2007) em sua dissertação investigou se os sistemas de controle das Igrejas Batistas da grande João Pessoa – PB atendiam às necessidades de transparência, avaliação de desempenho e comunicação.

França (2007) constatou que os sistemas de controle atendem parcialmente às necessidades de transparência, avaliação de desempenho e comunicação nas igrejas pesquisadas. França (2007) complementa relatando que foram constatadas a existência de informações dispersas que poderiam ser organizadas e sistematizadas para melhorar esse processo.

Olak et al (2008) afirmaram que o campo de estudo do terceiro setor é uma das áreas que vêm despertando grande interesse de pesquisadores multidisciplinares das ciências sociais. A pesquisa questionava o estágio atual da produção acadêmica contábil na área privada sem fins lucrativos (terceiro setor). Tinha como objetivo principal analisar as origens, características e evolução da produção acadêmica contábil no âmbito do terceiro setor brasileiro e como objetivos específicos buscou-se identificar características desse setor, seu marco legal, normas e práticas contábeis atuais da época.

O estudo analisou a origem, características e evolução da produção acadêmica contábil no âmbito das organizações do terceiro setor no Brasil, no período de 2000 a 2006. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, especialmente na fundamentação teórica. Para alcançar seus objetivos a pesquisa

verificou alguns bancos de teses e dissertações nacionais nas áreas de contabilidade e controladoria.

A amostra para realização do estudo em destaque foi composta por 38 trabalhos, dentre eles: teses, dissertações e artigos científicos publicados entre janeiro de 2000 a dezembro de 2006 no Brasil.

Segundo Olak et al (2008), “ficou evidente que as pesquisas nessa área são embrionárias, centradas em, basicamente, dois programas *stricto sensu*, e a disseminação ocorre quase que totalmente em congressos.” Os autores também salientaram a particularidade da existência, na época, de apenas duas publicações nas revistas pesquisadas.

Oliveira (2009), em sua dissertação, investigou a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro. A pesquisa buscou verificar como as ONGs prestam conta de suas atividades e qual o papel da contabilidade na elaboração dessa prestação de contas. Para chegar aos seus objetivos, foi realizado o método indutivo, com a realização de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

A partir da pesquisa concluiu-se que as ONGs apresentam dois tipos de prestação de contas: prestação de contas financeira e prestação de contas não financeira. A autora salientou que as prestações de contas não financeiras são relatórios que descrevem suas atividades fim e as prestações de contas financeiras relatam sua movimentação econômico-financeira.

A pesquisadora analisou 205 sítios eletrônicos, concluindo que 153 ONGs (73%) não apresentam nenhum tipo de prestação de contas, 52 ONGs (27%) apresentam algum tipo de prestação de contas, das quais 27 apresentam tanto prestação de contas financeira, como a não financeira, 10 apresentam apenas prestação de contas financeira e 15 apenas prestação de contas não financeira. Também foi identificados erros nas demonstrações financeiras e ausência de algumas demonstrações obrigatórias. Por fim, através da análise dos questionários aplicados aos gestores, concluiu-se que a contabilidade não tem papel relevante na prestação de contas das ONGs em virtude dela provocar poucas alterações na organização em relação à sua administração e operacionalidade.

Carneiro, Oliveira e Torres (2011) também pesquisaram sobre o terceiro setor e a prestação de contas, na pesquisa “*Accountabilitye prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade*”.

Conforme o relato dos autores, o objetivo da pesquisa foi elaborar um diagnóstico sobre a prestação de contas, sob a luz da *accountability*, transparência e a importância dos demonstrativos contábeis em organizações pertencentes ao terceiro setor.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um estudo bibliográfico para a construção do referencial teórico, além do estudo bibliográfico, os autores realizaram “uma pesquisa do tipo exploratório e descritivo com auxílio da técnica de observação, e de uma pesquisa de campo realizada por meio de questionário aplicado a uma amostra obtida por meio da amostragem por acessibilidade em um município do Cone Sul de Rondônia” (Carneiro; Oliveira; e Torres, 2011).

Os autores afirmaram que as ESFL dão grande importância a prestação de contas e a utilização da contabilidade na sua elaboração. Segundo os autores, a importância dada, esta prioritariamente, ligada ao atendimento à legislação como forma de firmar novos convênios e acordos e, manterem os já existentes com órgãos governamentais. Contudo, os autores também verificaram que é baixo o número de entidades que dirigem e divulgam sua prestação de contas à sociedade, cinco em um total de 32 entidades, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 - Destinatários da prestação de contas das entidades

Destinatário da prestação de contas	Frequência	Percentual
Público interno (por exemplo: para controle financeiro e patrimonial)	18	56,25%
Para o governo, com o fim de atender a legislação	18	56,25%
Para os doadores privados de recursos	11	34,90%
Para órgãos governamentais, que liberam recursos para a organização	15	46,90%
Para os associados (beneficiários)	25	78,10%
Para população em geral	5	15,62%

Fonte: Adaptado de Carneiro, Oliveira e Torres (2011, p. 11).

Já em 2015, foi a vez de Ribeiro et al pesquisarem sobre o terceiro setor, foi realizada uma análise empírica junto às empresas prestadoras de serviços contábeis da cidade de Londrina sobre as práticas contábeis adotadas por entidades do terceiro setor. Ribeiro et al (2015, p. 3) relatam que a pesquisa tinha como objetivo geral:

Identificar as práticas contábeis adotadas por entidades do terceiro setor, especialmente em relação à contabilização de suas operações típicas de doações, trabalho voluntário, convênios e gratuidades e sua conformidade com a ITG 2002 através de uma pesquisa empírica junto às empresas prestadoras de serviços contábeis de Londrina.

A pesquisa identificou que em relação à contabilização das suas operações típicas, como doações, trabalho voluntário, convênios e as gratuidades, os autores evidenciaram algumas distorções em relação ao exigido pela ITG 2002 (CFC 2012), mas as causas dessas divergências não foram abordadas pelo trabalho.

Em 2016 Rodrigues et al, pesquisaram sobre a contabilidade no terceiro setor, realizando um estudo bibliométrico no período de 2004 à 2014. A pesquisa teve como objetivo geral analisar as características da produção científica na área contábil, no Brasil, relativo às organizações compreendidas no terceiro setor entre os anos de 2004 a 2014 (RODRIGUES et al, 2016, p. 2).

A tipologia da pesquisa, quantos aos objetivos foi descritiva. A coleta dos dados dos foram realizadas entre os dias 20 a 27 de novembro de 2015, para tanto, as seguintes etapas foram seguidas, conforme relatam Rodrigues et al (2016, p. 5):

Em primeiro lugar foi feita uma seleção dos periódicos no portal CAPES que tinham como foco ou escopo a divulgação de produção científica na área contábil e foram selecionadas 36 diferentes periódicos, dos quais somente em 19 foram encontrados artigos para esta pesquisa. Também foram selecionados como fontes da pesquisa os quatro principais congressos com publicações na área contábil: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Ciências Contábeis (ANPCONT), Congresso Brasileiro de Custos (CBC) e Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Em seguida foi realizada uma busca eletrônica em cada periódico utilizando as seguintes palavras chaves: terceiro setor, entidade sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, fundação, associação, ONG, organização social, organização religiosa, religião, partido político, sindicato e entidade sindical. Como a base de dados tem como foco a contabilidade, não foi necessário associar as palavras “contabilidade” ou “controladoria” às palavras-chave acima. A seleção da amostra deu-se com base na análise exploratória dos trabalhos, verificando se o trabalho atendia ao objetivo deste artigo. Por fim, foi feito um download de todos os artigos encontrados na busca que permitiu a criação de banco de dados em Microsoft Excel, contendo os seguintes campos: título do artigo, autores, instituições vinculadas dos autores, ano de publicação, base de dados, classificação Qualis, metodologia, palavra-chave.

Na análise dos dados os autores destacaram os seguintes pontos: produção acadêmica – revistas; produção acadêmica – congressos; número de autores por artigos; autores mais prolíficos; instituições mais prolíficas; entidades do terceiro setor que foram objeto de pesquisa; artigos por áreas temáticas; tipologia da

pesquisa quanto aos objetivos; pesquisa quanto à tipologia; técnica de coleta de dados; e produção acadêmica anual de 2004 a 2014.

Em relação aos autores mais frequentes, Rodrigues et al 2016 constataram o seguinte:

Tabela 2 – Autores mais prolíficos

Autor	Frequência	%
Jorge Eduardo Scarpin	5	1,56%
Paulo Roberto da Cunha	4	1,25%
Marco Antônio Figueiredo Milani Filho	4	1,25%
Simone Bernardes Voese	4	1,25%
Aneide Oliveira Araújo	4	1,25%
Orleans Silva Martins	4	1,25%
Cássia Vanessa Olak Alves Cruz	4	1,25%
Romualdo Douglas Colauto	4	1,25%
Ilse Maria Beuren	4	1,25%
ValmorSlomski	4	1,25%
Adriana Maria Procópio de Araújo	4	1,25%
Outros	275	85,94%
Total geral	320	100%

Fonte: Adaptado de Rodrigues et al (2016, p. 7).

A pesquisa constatou que a maioria das instituições de ensino superior, das quais os artigos foram associados, estavam concentradas na região Sul e Sudeste. Observou-se também que na maior parte dos artigos o terceiro setor foi abordado de forma genérica não se fixando em um tipo de organização. A pesquisa também verificou que referente às áreas temáticas sobressai os temas relacionados ao processo de evidenciação dos eventos econômicos que ocorrem no âmbito das organizações e a elaboração/ divulgação das demonstrações contábeis para usuários externos às entidades. Constatou também que a maioria das pesquisas realizadas foram consideradas empíricas e descritivas. E por fim, que houve uma evolução em pesquisas relacionadas ao tema terceiro setor, tendo em vista o ano inicial de 2004.

Oliveira (2017) em sua dissertação, “Contingência organizacional e mensuração de desempenho: um estudo em ONGs brasileiras”, investigou as relações de fatores contingenciais com as práticas referentes à mensuração de desempenho no âmbito de Organizações Não Governamentais (ONGs) brasileiras.

Para tanto, foi utilizado uma *survey* por correspondência, fundamentando-se nas pesquisas de Ferreira e Otley (2009) e Wadongo (2014), com 43 organizações listadas na ABONG. (OLIVEIRA, 2017, p. 8)

Os principais resultados do estudo revelaram a influência particular que o perfil dos gestores e presidentes das ONGs pode exercer na utilização de práticas de mensuração de desempenho. (OLIVEIRA, 2017, p. 8)

Também em dissertação, Pereira (2017), pesquisou sobre o terceiro setor. Com o trabalho: “As contribuições da *accountability* aos beneficiários para a eficácia organizacional: um estudo nas organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) da Paraíba”. Chegando a conclusão de que a entidade pesquisada onde predominaram práticas de *accountability* aos beneficiários foram a que tem melhores avaliações dos *stakeholders* (gestor, colaborador e beneficiários) acerca da eficácia nas atividades que desenvolve.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia de pesquisa

Para identificar se as demonstrações contábeis das ESFL do município de João Pessoa na Paraíba são elaboradas conforme a ITG 2002 (R1) a tipologia desta pesquisa será enquadrada em três aspectos, são eles: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Quanto aos objetivos a pesquisa será exploratória, buscando uma maior aproximação com o tema estudado, pois nota-se uma escassez de pesquisa acadêmica relativa ao tema levantado na região da Paraíba. Quanto aos procedimentos a pesquisa será bibliográfica que segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 33) é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos. A escolha deste procedimento se deu pela pesquisa se tratar de entidades e relatórios, sendo essa a melhor opção a ser escolhida no momento.

Quanto à abordagem do problema a pesquisa será qualitativa. Segundo Creswell (2010, p. 21) a amostragem intencional, a coleta de dados abertos, a análise de textos ou de imagens, a representação de informações em figuras e em quadros e a interpretação pessoal dos achados informam procedimentos qualitativos.

3.2 Procedimentos metodológicos

Após a coleta do maior número possível de demonstrativos financeiros, foi realizada a análise comparativa com a ITG 2002 (R1). Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 109) este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências.

3.3 População e amostra

A análise será realizada com base nas demonstrações contábeis das entidades do terceiro setor do município de João Pessoa-PB.

Preliminarmente foi realizada uma pesquisa em um site de busca da ONGs Brasil (www.ongsbrasil.com.br) na internet para a identificação de algumas ESFL em João Pessoa. Foram localizadas 57 entidades, para as quais se obteve os respectivos endereços físicos, sites, emails, cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ), telefone e nome fantasia.

Dessas 57 entidades, apenas 19 disponibilizavam de sites, o que correspondeu a 33,33% das entidades, das quais apenas 3 entidades divulgavam as demonstrações contábeis no site, correspondendo a 15,79%. Das 57 entidades, 51 (89,47%) apresentavam endereço de e-mail, das quais apenas 3 entidades responderam ao contato.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados foram baseados no confronto das demonstrações das entidades pesquisadas com itens específicos da norma. Foram disponibilizadas demonstrações de 6 entidades.

4.1 Demonstrações

As demonstrações contábeis analisadas na tabela 4 são as demonstrações que as ESFL devem elaborar conforme está descrito no item 22 da ITG 2002 (R1). São elas: balanço patrimonial, demonstração do resultado do período, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e notas explicativas.

Tabela 3 - Demonstrações – Item 22 da ITG 2002 R1

Demonstrações Contábeis	Frequência	%
Balanço Patrimonial	6	100
Demonstração do Resultado do Período	5	83,33
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	1	16,67
Demonstração dos Fluxos de Caixa	1	16,67
Notas Explicativas	2	33,33

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebe-se que do total de seis, apenas o balanço patrimonial é elaborado por todas as entidades, já o mesmo não acontece com as demais demonstrações.

A próxima tabela trata da primeira parte do item 23 da ITG 2002 (R1), a parte que relata: “no balanço patrimonial, a denominação da conta capital deve ser substituída por patrimônio social, integrante do grupo patrimônio líquido”.

Tabela 4 – Demonstrações– Item 23 (parte inicial)

ITEM 23	Frequência	%
Segue o item na elaboração	1	17
Não segue o item na elaboração	5	83
Total	6	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Verifica-se que cinco entidades não utilizam a nomenclatura patrimônio social da conta capital, integrante do grupo do patrimônio líquido.

A tabela a seguir refere-se a parte final do item 23 da ITG 2002 (R1), a parte que relata: “no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período”.

Tabela 5 – Demonstrações – Item 23 (parte final) – Balanço Patrimonial

ITEM 23	Frequência	%
Segue o item na elaboração	4	67
Não segue o item na elaboração	2	33
Total	6	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A partir da tabela 5 nota-se que quatro entidades substituem as palavras lucro ou prejuízo por superávit ou déficit do período no balanço patrimonial. Na tabela 6, a seguir, são retratados os resultados referentes a parte final do item 23, no que diz respeito a demonstração do resultado do período.

Tabela 6 – Demonstrações – Item 23 (parte final) – Demonstração do resultado do período

ITEM 23	Frequência	%
Segue o item na elaboração	3	60
Não segue o item na elaboração	2	40
Total	5	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A frequência total na tabela 6 é de cinco entidades, pois apenas cinco entidades elaboraram a demonstração do resultado do período, conforme consta na tabela 3, das cinco apenas três segue a parte final do item 23.

O próximo item a ser verificado é o item 25 da ITG 2002 (R1), no qual está descrito o seguinte: “na demonstração dos fluxos de caixa, as doações devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais”. Apenas uma entidade elaborou a demonstração do fluxo de caixa, conforme está descrito na tabela 3, e tal entidade seguiu o item 25.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da aplicação da ITG 2002 (R1) nas entidades de João Pessoa – PB, no que tange as demonstrações contábeis, evidenciou algumas distorções em relação ao que é exigido pela norma. Em síntese, das seis entidades estudadas apenas uma elabora todas as demonstrações exigidas pela norma, as demais além de não elaborar o conjunto das demonstrações, pecam em alguns itens elencados no tópico quatro da presente pesquisa. Conclui-se que o nível de aderência das entidades a norma é baixo, no que se refere a elaboração das demonstrações e uso de nomenclaturas, conforme está na norma.

O estudo contou com um número pequeno de entidades, reduzindo a amostra, deixando pequena a representatividade da amostra, sendo esse, fator limitador da pesquisa.

Em estudos futuros seria aconselhável uma amostra maior, melhorando a representatividade do todo, e que mais tópicos das normas contábeis referentes à ESFL sejam confrontados com a realidade contábil das entidades.

REFERÊNCIAS

- AIOLFI, Andrea et al. **Guia prático para entidades sociais / departamento de justiça, classificação, títulos e qualificação**. Brasília: Secretária Nacional de Justiça, 2009. Disponível em: <http://justica.gov.br/seus-direitos/entidades-sociais/cnes-mj/anexos/2009guiapraticoentidadessociais.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- ANDRADE, Álvaro Pereira de. et al. **Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. Brasília, DF: CFC; FBC; Profis, 2015. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf. Acesso em: 02 mar. 2018.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 07 mai. 2018.
- BRASIL. Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003. **Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002, que institui o Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.825.htm. Acesso em: 07 mai. 2018.
- CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. *Accountability e prestação de contas das organizações do Terceiro Setor: uma abordagem à relevância da contabilidade*. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez 2011. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrij/article/view/1206>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed. 2010.
- FRANÇA, Robério Dantas de. **Sistemas de controle no terceiro setor: um estudo exploratório das Igrejas Batistas da grande João Pessoa – PB**. João Pessoa, 2007. **Dissertação** (Mestrado) – Pós graduação multiinsitucional e inter-regional em ciências contábeis da UNB/UFPB/UFPE/UFRN.
- FRY, Ronald E. *Accountability in organizational life: problem or opportunity for non-profits?* **Non-profit Management and Leadership**, v.6, n.2, p.181-195, 1995. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/nml.4130060207/abstract>. Acesso em: 05 mai. 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil das Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos em 2010**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/outras-estatisticaseconomicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoessem-fins-lucrativos-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 14 mar. 2018.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8, ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 171.

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade geral e avançada esquematizado**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

OLIVEIRA, Alan Santos de. Contingência organizacional e mensuração de desempenho: um estudo em ONGs brasileiras. João Pessoa, 2017. **Dissertação** (Mestrado) – UFPB/CCSA.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do Terceiro Setor brasileiro. Recife, 2009. **Dissertação** (Mestrado) – UFPE/CCSA.

PEREIRA, Mércia de Lima. As contribuições da Accountability aos beneficiários para a eficácia organizacional: um estudo nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) da Paraíba. João Pessoa, 2017. **Dissertação** (Mestrado) – UFPB/CCSA.

Resolução nº 2015/ITG2002(R1) de 02 de setembro de 2015. **Altera ITG 2002 trata de entidades sem finalidade de lucros**. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002\(R1\)&aquivo=ITG2002\(R1\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002(R1)&aquivo=ITG2002(R1).doc)>. Acesso em: 27 fev. 2018.

RIBEIRO, Camila Alves et al. Práticas contábeis adotadas por entidades do terceiro setor: análise empírica junto às empresas prestadoras de serviços contábeis de Londrina. **Revista de estudos contábeis**. Londrina, V. 6, nº11, p. 81-100, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/21253>. Acesso em: 25 fev. 2018.

RODRIGUES, Rubens Carlos et al. Contabilidade no Terceiro Setor: estudo bilométrico no período de 2004 a 2014. **Revista ConTexto**. Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 70-81, set./dez. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/62627>. Acesso em: 03 mar. 2018.

SANTOS, Patrícia Cardoso dos; SILVA, Maria Edna Manguieira da. O papel da contabilidade na busca pela sustentabilidade do terceiro setor. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Março/abril 2008-nº170, p.35-46. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/789>. Acesso em: 04 mar. 2018.

SLOMSKI, Valmor et al. **Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas**. São Paulo: Atlas, 2012.



FORMULÁRIO IX

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado A APLICAÇÃO DA IT6 2002 (R1) PELAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB

estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Autor(a): Leucio Henrique Teodoro da Brito Moura

AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO DA MONOGRAFIA

Eu, Professor DR. MATEUS ALEXANDRE COSTA DOS SANTOS, autorizo o depósito da monografia do aluno Leucio Henrique Teodoro da Brito Moura, matrícula 11403281. A apresentação do trabalho irá ocorrer no semestre 2017.2 com data a ser divulgada pela Comissão do TCC do curso de Ciências Contábeis.

João Pessoa, 15 de JUNHO de 2018

Professor(a):



Termo de Autorização para Publicação/Divulgação de Documento Eletrônico

1. Identificação do trabalho / autor

Título: A APLICAÇÃO DA ITG 2002 (R1) PELAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB

Autor: Lucas Henrique Taxano de Brito Mendes CPF: 070.751.494-07

Telefone: 18319-8774-2402 e-mail: lucastaxano96@gmail.com

Orientador: Matheus Alencar Costa da Silva

2. Identificação do material bibliográfico

Mídia: DVD Formato: PDF

Total de páginas: 34

Data da aprovação: 04/06/2018

Data da entrega da cópia eletrônica à Biblioteca Setorial do CCSA: 18/06/2018

3. Declaração do autor:

Na qualidade de titular dos direitos de autoria da publicação supracitada, com anuência do orientador, de acordo com a Lei nº 9610/98, autorizo à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a disponibilizá-la gratuitamente em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica da instituição, a partir desta data.

João Pessoa, 15/06/2018

João Pessoa, 15/06/2018

Assinatura do autor

Assinatura do orientador